
HISTÓRIA E REALIDADES ONLINE: COLOCAÇÕES SOBRE PRODUÇÃO, DIFUSÃO E ENSINO – BRUNO LEAL

HISTORY AND ONLINE REALITIES: IMPRESSIONS ON PRODUCTION,
DIFFUSION AND TEACHING – BRUNO LEAL

HISTORIA Y REALIDADES EN LÍNEA: NOTAS ACERCA DE LA
PRODUCCIÓN, DIFUSIÓN Y ENSEÑANZA – BRUNO LEAL

*Bruno Flávio Lontra Fagundes**

*Fábio André Hahn***

Bruno Leal é criador do Café História, maior rede social de História na internet. Há mais de cinco anos se dedica ao estudo e à pesquisa sobre história digital e divulgação de História em ambientes online. Graduado em História (UERJ), mestre (UNIRIO) e doutorando em História (UFRJ), também é graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (UFRJ). Trabalhou com EAD na Fundação Roberto Marinho (RJ) e atuou como consultor em mídias sociais junto a diversas empresas brasileiras. É tutor-professor do curso à distância de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Realizada por e-mail ao longo dos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, essa entrevista aborda importantes e atuais questões sobre a relação entre História e Comunicação, redes sociais em ambientes online, conhecimento histórico e ensino de História.

Bruno Leal, gostaríamos de agradecer-lo por ter aceito ceder-nos esta entrevista. Para iniciarmos nossa conversa, gostaríamos que você contasse um pouco sobre sua trajetória. Onde nasceu? Qual sua formação? E por que seu interesse pelos estudos da História?

Bruno Leal: Eu que agradeço pela oportunidade de falar um pouco mais sobre meu trabalho. É um prazer. Eu nasci na cidade do Rio de Janeiro em agosto de 1982, em Olaria, zona norte do Rio. Mas cresci em outro bairro do subúrbio carioca, a Vila da Penha, lugar pelo qual tenho um imenso carinho. Em relação a minha formação, eu venho trilhando um caminho transdisciplinar: cursei Comunicação Social (habilitação em jornalismo), na UFRJ, e História, na UERJ. Depois disso, fiz uma especialização em História Contemporânea na PUC-RS e um mestrado em Memória Social na UNIRIO. Hoje, estou cursando meu último ano de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Não é lá muito fácil explicar de onde vem meu interesse pela história. Já me perguntei isso algumas vezes (risos). Em casa, eu não vejo nenhuma influência determinante. Minha mãe foi professora de Ensino Fundamental e meu pai foi funcionário da Petrobrás, no setor de Recursos Humanos. O que sei com certeza é quando descobri

que gostava de história: na escola. Eu simplesmente adorava os conteúdos de história e os seus professores. Não perdia uma aula. Aliás, isso é curioso: se você perguntar a qualquer historiador porque ele fez História, vai descobrir que 11 em cada 10 sublinham a importância de algum professor nos anos de escola. Felizmente, o fator humano em nossa disciplina é bastante decisivo. No meu caso, eu tenho ainda outra paixão, o jornalismo. Essa então eu não sei mesmo de onde vem. Mas talvez venha do mesmo lugar: das aulas de História, que sempre me incentivaram a escrever, ler muito, fazer perguntas, investigar principalmente, requisitos tanto do trabalho do jornalista quanto do historiador.

Como criador do Café História, você poderia nos falar um pouco dele, de onde veio a ideia de criá-lo, em que ocasião surgiu, como foi sendo planejado?

Bruno Leal: Falar do surgimento do Café História é falar do espírito do meu tempo de graduando (2003-2006). Para quem gosta de comunicação e de tecnologia, como eu, foi um prato cheio. Naqueles quatro anos, o cinema nos deu a trilogia “Matrix”, a banda larga se popularizou no Brasil, surgiram os primeiros *smartphones*, os brasileiros descobriram o *Orkut*, o *Twitter* e o *Facebook*, a telefonia móvel passou a oferecer serviços de internet de alta velocidade, enfim, uma série de transformações que tiveram grande impacto na forma como experimentamos nossas vidas e atividades profissionais. No meu caso, aluno de um curso de Comunicação, eu vivia esse cenário de descobertas todos os dias. Esses assuntos eram pautas de discussão nas aulas, nos corredores e nos bares da Escola de Comunicação. Eu estou falando aqui de uma atmosfera altamente excitante, completamente nova e que deixava a todos nós da Comunicação entusiasmados. Quando eu estava, naquela mesma época, na faculdade de História, no entanto, eu percebia que o que eu via na Comunicação ainda era uma realidade bem distante dali. Isso me incomodava um pouco, pois eu acredito que nós, historiadores, também deveríamos estar superinteressados naquilo. Esse descompasso me fez pensar em maneiras de aproximar a História da Comunicação. Ou seja, de criar algum espaço, de preferência online, para que este diálogo pudesse ser travado (e essa realidade pudesse ser experimentada) de forma mais intensa. Além disso, eu sentia que não havia na web nenhuma plataforma dedicada à divulgação da História, nada que reunisse notícias de História que contasse com a colaboração de pesquisadores ou de professores de História. Essa lacuna pra mim era gritante! Nos primeiros anos, eu tentei de tudo. Principalmente *blogs*. Mas nenhuma dessas tentativas deu muito certo. Os *blogs* existiam aos milhares e não dispunham de muitas ferramentas de interação. Sites eram caríssimos. Fazer vídeos ainda era um terreno que eu ainda estava muito longe de dominar.

O tiro certo só aconteceu em 2008, pouco tempo depois de formado. Minha chefe na Fundação Roberto Marinho, onde eu trabalhava com cursos de educação à distância, me apresentou uma rede social chamada “Clube do Tênis”. Eu fui conferir. Chamou-me muito mais a atenção a plataforma onde aquilo era construído do que propriamente seu conteúdo. A plataforma se chamava *Ning*. Em resumo, o *Ning* é uma plataforma americana, disponível em português, e que permite que qualquer pessoa crie sua própria rede social. Quando descobri isso, a ficha caiu para mim: era de uma rede social que eu precisava. A partir daí, então, foi muito trabalho: produção de conteúdo, plano de comunicação, definição de formatos, de identidades visuais (foram 3 grandes mudanças nestes 6 anos), estratégias de divulgação e um intenso trabalho de mediação/moderação. O Café História, rede social online voltada para historiadores e amantes de história, foi lançada em 18 de janeiro de 2008. Passados seis anos desde aquele dia, o Café História se desenvolveu bastante. Já somos mais de 54.000 participantes. Estamos presentes no *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. No total, são mais de 200 mil pessoas conectadas em prol da história. É a maior rede social de história da internet, o que me deixa muito contente.

Existia uma ideia do impacto que a criação do Café História teria? A que você atribui sua grande aceitação? Te surpreende a repercussão do site?

Bruno Leal: Olha, quando eu conheci o *Ning*, logo entendi que a plataforma oferecia aquilo que eu estava procurando. Mas o grande sucesso que o Café História acabou fazendo eu não tinha mesmo como esperar. É claro, quando você trabalha horas, investe energia emocional e exige ao máximo dos seus conhecimentos, sabe que algo de bom vem por aí. Mas nada te prepara para algumas coisas. No meu caso à frente do Café História, essas boas surpresas vieram em etapas. No início, este sucesso foi rápido, embora limitado ao Rio de Janeiro, responsável por 80% dos acessos. A partir do segundo ano, essa configuração se alterou: São Paulo passou a encabeçar esse ranking. Isso me deixou muito contente, pois mostrou que eu tinha conseguido romper com meu recorte regional.

Depois dessa vitória, o Café História foi pouco a pouco se tornando um pouco mais conhecido em todo o país. Hoje, mais de 400 cidades brasileiras acessam a rede. Mais recentemente, tivemos a chegada de um bom número de visitantes de países de língua portuguesa, como Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde, além de um bom grupo de internautas que falam a língua espanhola, gente da Argentina e da Espanha, principalmente. Os números hoje dão conta de um cenário que supera o mais otimista dos meus prognósticos. Nesses mais de seis anos, o Café História já ultrapassou a marca de 20 milhões de acessos. São cerca de cinco a oito mil acessos por dia, sem falar nos mais de 170.000 fãs do *Facebook* e de 16.000 seguidores no *Twitter*. Recebo vários e-mails por semana, de todos os tipos: pessoas

procurando ajuda, cobrando conteúdos, criticando textos, pessoas querendo divulgar eventos, livros, revistas, ou pessoas que escrevem simplesmente para elogiar o Café História, dizendo como ele ajudou nisso e naquilo. Então, acho que o impacto, em se tratando de um canal de divulgação da história na internet, tem sido enorme. As pessoas sempre demonstraram muito carinho pelo trabalho lá desenvolvido. E eu agradeço demais.

Acho que essa grande aceitação decorre do enorme esforço que a rede possui em publicar conteúdos de qualidade e oferecer espaços democráticos e transparentes de interação. Estamos sempre procurando novos entrevistados, artigos relevantes, enfim, material relevante na área de história. Nosso negócio é promover história. Eu acho que as pessoas percebem isso. E mais: percebem que dentro do Café História elas vão encontrar não só um espaço de divulgação de história no sentido mais acadêmico, “científico”, mas um espaço que estimula o debate e que busca incluir também aqueles que não são formados na área.

O Café serve aos dois públicos: o formado em História, o acadêmico, e aquela pessoa que não tem formação na área, mas que estuda por conta própria, que lê, que se interessa por história. Por fim, eu não poderia ignorar nesta resposta dois dados fundamentais: 1) Brasileiros adoram redes sociais. Em 2013, uma pesquisa realizada pelo Ibope/YouPix mostrou que 78% dos usuários de internet no país acessam algum tipo de rede social. No Facebook, segundo a revista *Forbes*, os brasileiros já somam 65 milhões, ficando atrás apenas dos Estados Unidos; 2) Brasileiros adoram história. Isso pode ser visto, por exemplo, no consumo de revistas dedicadas ao assunto. Nas bancas de jornal, você encontra a Revista de História da Biblioteca Nacional, História Viva, Aventuras na História, entre outras tantas. Até os jornais já entenderam o recado. O jornal O Globo, por exemplo, um dos mais tradicionais do país, dedica todos os sábados uma página inteira para algum assunto de história. Então, história + redes sociais é uma química que dá certo! O Café História é a expressão dessas duas paixões do brasileiro.

Nos últimos anos ganhou destaque no cenário dos debates sobre a História a necessidade de se atingir outros públicos não formados na disciplina. A partir da sua experiência, qual o mercado para redes sociais de História com propósito de estimular maior diálogo e informações sobre a área para o grande público? Você tem notícias de experiências nessa área e como ocorrem em outros países?

Bruno Leal: Certa vez, em um evento realizado aqui no Rio de Janeiro, um colega meu, o professor Benito Bisso Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), disse que se todo mundo se sente um pouco médico, é verdade que todo mundo se sente um pouco historiador também (risos). Ora, isso faz todo sentido! A história é um conhecimento altamente acessível, apaixonante, que envolve nosso cotidiano e senso de identidade.

Ninguém é imune ao passado. Nem mesmo os futuristas. O que não quer dizer em hipótese alguma que a história é um conhecimento fácil ou simples. Pelo contrário até. Por ter justamente essas características, a construção deste tipo de conhecimento é um desafio e tanto. Mas o que importa aqui é reconhecer que as pessoas em geral se interessam, sim, por história. Hoje, principalmente, pois concordo com o professor Andreas Huyssen quando ele afirma que nossa sociedade experimenta um verdadeiro boom mnemônico. Isso vale para o Brasil e para boa parte do mundo. Então, temos atualmente um público gigante. E é um público carente de informações de qualidade. Sites como o Café História obtiveram sucesso porque reconheceram esse cenário. Publicações como a Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN) vingaram porque souberam reconhecer esse cenário. No exterior, não conheço experiências como a do Café História.

Mas há coisas semelhantes. Muitas universidades americanas, por exemplo, produzem canais do *Youtube* onde distribuem não apenas suas aulas, mas programas de entrevistas e de reportagens sobre história. Além disso, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, abundam as publicações voltadas para o grande público de história. De qualquer forma, quando falamos especificamente em internet, muita coisa ainda está por vir. Eu diria, por exemplo, que a produção de vídeos (aulas, palestras, resenhas, conferências, debates, sejam ao vivo ou não) é uma tendência e tanto. Todo historiador deveria se preocupar com a divulgação da história para o grande público. E não sou eu quem diz isso. Na introdução do livro *Apologia da História*, Marc Bloch diz: “não imagino para um escritor elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares”. Para Bloch, conversar com diferentes públicos, iniciados e não iniciados, é uma qualidade. Bloch sabia das coisas. Não é à toa que esse seu livro começa com um questionamento de seu filho pequeno: “Papai, então me explica para que serve a história”.

Atualmente, há no cenário historiográfico um debate circulando sobre História Digital. Como você organiza e participa de debates sobre ela, poderia nos falar um pouco sobre o que é essa área e como foi a proposta e a experiência de promover debates e eventos on-line transmitidos pela internet?

Bruno Leal: Ainda existe certa dificuldade em se definir História Digital. Seria uma tendência ou um campo da história? Uma corrente historiográfica ou uma moda passageira? Um objeto de estudo ou uma prática? Diz mais respeito ao ferramental disponível para fazer história ou às competências profissionais para tal? Na minha opinião, passa por um pouco disso tudo. Mas para não criar mais confusão, vamos pontuar algumas coisas importantes. Até onde se sabe, o termo foi utilizado pela primeira vez no âmbito acadêmico em 1997, quando se criou o *Virginia Center for Digital History*, um centro

de estudos de história vinculado à Universidade de Virginia, EUA. Naquela época, os dois historiadores responsáveis por esse centro, Ed Ayers e William Thomas, usavam o termo basicamente para se referir à disponibilização de fontes primárias na web. E a coisa ficava mais ou menos por aí. Com o passar do tempo, porém, esse termo passou a ser empregado em artigos, apareceu em palestras, foi utilizado por outros pesquisadores, em outros contextos, e o seu significado foi se transformando.

Hoje, há várias definições, sendo que quase todas concordam com o fato de que História Digital é uma área de estudos que se debruça sobre as maneiras como representamos e abordamos a história nos suportes digitais. Para os pesquisadores do *Digital History Project*, por exemplo, centro de estudos do departamento de História da Universidade de Nebraska, Estados Unidos, “história digital pode ser entendida como uma abordagem para análise e representação do passado, que trabalha com as novas tecnologias da comunicação e da informação, tais como o computador, a internet e sistemas de *softwares*”. Além disso, a definição deste centro entende a história digital também como uma “arena aberta da produção e comunicação científica” e uma “abordagem metodológica”. Após alguns anos de envolvimento com o campo, eu cheguei a uma definição que tem me ajudado em meus artigos e na minha pesquisa de uma forma geral sobre o tema. Para mim, História Digital é um campo de estudos que busca representar, ensinar, produzir e investigar problemas históricos a partir das novas mídias (nem já tão novas assim!), sobretudo a internet.

Pelo menos três dimensões do ofício do historiador foram sacudidas nos últimos anos por essas mídias digitais: o ensino, a pesquisa e a divulgação de história. Principalmente os dois últimos. Mas é uma definição ainda em construção. Neste sentido, transmitir debates, conferências pela internet, algo que tenho feito com o Café História, é apenas uma faceta da História Digital. Uma faceta, por sinal, que eu, particularmente, acho das mais importantes. Faculdades e programas de pós-graduação em História do país realizam todos os meses dezenas de eventos acadêmicos superinteressantes, mas que, na maior parte das vezes, acabam se perdendo, pois não são gravados ou transmitidos. Conclusão: é conhecimento/conteúdo que simplesmente evapora. Quando disponibilizamos esse material na web, abrimos possibilidade de interação com aqueles que estão assistindo, ampliamos demais nossa audiência, divulgamos a marca do programa ou da faculdade, compartilhamos conhecimento, rompemos fronteiras geográficas, colocamos grandes especialistas ao alcance de estudantes, colaboramos, enfim, para que a comunidade de história se fortaleça, se torne mais ampla e consciente daquilo que está acontecendo em outros lugares. Desde 2011, tenho feito algumas parcerias de eventos ao vivo com o professor Carlos Fico, da UFRJ. Em algumas conferências, tivemos picos de 700 pessoas online acompanhando nossas transmissões. Pessoas de todo o Brasil e do exterior, que participavam fazendo perguntas ou comentários. Mesmo

depois da transmissão, esses vídeos continuam sendo acessados todos os dias. Isso é incrível! Que evento acadêmico atualmente consegue reunir todo esse público no Brasil? Torço muito para que mais colegas se envolvam com este tipo de ação, fazendo vídeos, podcasts, blogs e outros produtos online. Temos, evidentemente, muitos desafios quando falamos em História Digital, da produção e acesso as fontes de pesquisa até questões complexas que envolvem autoria. Mas quando podemos dizer que não houve desafios na história? Isso tudo faz parte. No fundo, é também o que dá sabor.

Para você, esse tipo de transmissão de eventos tende a crescer e fidelizar públicos mais cativos?

Bruno Leal: Com certeza. As pessoas em geral, formadas ou não formadas em História, gostam muito de história. Recentemente, uma pesquisa nos Estados Unidos revelou um dado curioso: o canal de televisão *History Channel*, também exibido no Brasil, pela TV a cabo, é a segunda marca mais amada pelos americanos, ficando atrás apenas da cadeia de lanchonetes *Subway*. Logo, investir na produção de vídeos sobre história, como eu já mencionei antes, pode trazer excelentes resultados. As pessoas estão buscando este tipo de conteúdo. E nada mais natural que os cursos universitários possam suprir esta necessidade. No fundo, faz parte de sua função social.

Eu entendo que os programas de História mais bem avaliados do país, como é o caso da USP, da UFRJ, da UNICAMP, da UFF e da UFRGS, apenas para citar os cursos com os melhores conceitos na última avaliação trienal da CAPES, possuem um papel fundamental neste contexto. As pessoas querem conhecer os projetos de pesquisa, as teses e as dissertações que são produzidas dentro destes programas. Divulgar esse material, compartilhar dados e resultados, pode ajudar outros programas a crescerem também. Falo da experiência da UFRJ, que é aquela que eu vivencio cotidianamente nos últimos anos. Seu Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) tem se empenhado bastante em divulgar seus eventos. Palestras de participantes já têm sido gravadas digitalmente e há a intenção de se transmitir algumas aulas. Tenho convidado professores do programa para participar em eventos online e ao vivo do Café História. Em todos os casos, esses professores aceitaram, promoveram um debate riquíssimo e demonstraram um enorme interesse nesta História Digital. E há vários outros exemplos.

O próprio interesse da *Revista NUPEM* em me entrevistar, por exemplo, já é um sinal também deste tipo de iniciativa. E sim: nosso público tende a se fidelizar, tende a acompanhar com mais interesse a produção dos programas e das faculdades que abrem seus conteúdos. Aliás, esta é uma palavra interessante para nosso contexto: abrir. No meio tecnológico, sabemos da importância do código aberto, da experiência colaborativa. Com a academia, se dá o mesmo. Precisamos abrir nosso conhecimento. Talvez estejamos entrando em uma era de história aberta.

No seu entendimento, em que medida a História Digital pode mudar o Ensino de História?

Bruno Leal: Um educador americano chamado Marc Prensky vem, há alguns anos, estudando o comportamento dos jovens diante das novas mídias, a maneira como aprendem, interagem, produzem. Ele defende uma tese na qual eu também acredito: as novas gerações aprendem, criam e interpretam de uma forma bastante diferente daquela de seus pais e avós. Não quero julgar aqui se melhor ou pior. Mas quero apenas enfatizar: diferente. Quando eu estava no Ensino Médio, por exemplo, minha mãe sempre reclamava comigo: “Bruno, não sei como você consegue estudar ouvindo música, acessando a internet e vendo vídeos”. Na época, eu ficava indignado (risos). Mas hoje eu entendo minha mãe. A geração dela cresceu colocando essas coisas todas dentro de caixinhas. Faça uma coisa para depois fazer outra.

A minha geração, não. Minha geração, a geração Y (ou Geração Atari como eu acho mais simpático), cresceu misturando tudo. Para mim, nunca foi problema algum estudar vendo MTV e respondendo mensagens no celular, tudo ao mesmo tempo. É o meu processo. E eu tenho um bom rendimento. É um processo multiplataforma, multitemporal, multiespacial e multimídia. Não à toa o *iPhone* faz tanto sucesso. Ele é o grande símbolo desse cenário: é celular, relógio, agenda telefônica, computador, leitor de livros, videogame, câmera fotográfica, roteador e sabe-se lá mais o quê. Ele é o novo canivete suíço. Enfim, quero dizer que a História Digital acompanha e atende às demandas de seu tempo, principalmente desta nova geração que aprende e cria de uma forma diferente.

O problema é quando o docente – e isso vale muito para as escolas – vai à sala de aula e usa apenas o quadro-negro e o giz para estabelecer um diálogo hierárquico com pessoas que estão acostumadas a um outro paradigma de comunicação, totalmente diferente, bem mais sofisticado. Alguns professores vão dizer que o espaço de sala de aula é totalmente diferente, que é um outro discurso e que ele não é obrigado a entender das novas mídias só porque seus alunos foram criados dentro de um outro regime de comunicação. Perfeito. Mas sobre isso faço duas ponderações: a primeira é que essa é uma percepção não muito atenta do que está acontecendo. O grande pulo do gato é entender que no fundo o que está mudando tem menos a ver com a parte material da tecnologia e mais com uma mudança de paradigmas. Você pode não saber nada de mídias sociais na internet – mas sua aula precisa ser colaborativa. Esse é o xis da questão. E isso afeta não só a história, mas todas as disciplinas escolares. Essa mudança é pra todos. É para o ensino: para a escola, para a universidade, para qualquer instância educativa.

Além disso, há outra faceta, mais prática, daquilo que muda no ensino da história a partir da História Digital: estaremos cada vez mais presentes em outros espaços de aprendizagem para além da escola. Vídeos serão

tão importantes quanto o material didático de papel; organizaremos (arquivaremos) nossos conteúdos de uma outra maneira, em nossos HDs ou na nuvem; teremos muito, muito mais conteúdo disponível para pesquisas e estudos; lidaremos com ferramentas que facilitarão demais o ensino e a aprendizagem. Tudo isso impacta na forma como travaremos contato com o conhecimento, fenômeno social e político que desencadeia novas conexões, novas perguntas, novas dúvidas e novos problemas.

A História Digital poderia ser ensinada em cursos de História?

Bruno Leal: Sim, absolutamente. Mas não com esse nome, eu diria. História Digital é parte de algo bem maior. Quando falamos em História Digital falamos de algo que envolve também divulgação científica e História Pública (conceito surgido nos anos 1970 para se referir à atuação do historiador fora da academia), por exemplo. Então, penso que os currículos universitários de história devem levar em conta uma dimensão mais ampla. Talvez uma disciplina chamada “História e Comunicação”, ou “Comunicação para Historiadores”, dê conta do recado. Uma disciplina que explore o universo da divulgação científica, que discuta mídias digitais, o valor do design gráfico, que ensine como desenvolver projetos (não TCCs ou monografias, mas projetos em história de uma forma geral), realização de eventos e outras competências que envolvem a área de comunicação.

Turmas inteiras se formam hoje nas faculdades de História sem saber o que é um *release*, um *maillist*, sem nunca ter discutido um minuto sequer sobre estratégias de divulgação de seus trabalhos, seja para o grande público ou mesmo para a comunidade acadêmica de história. Na nossa realidade atual, o acesso à informação é um bem muito valioso, portanto saber tratar e divulgar informações são habilidades essenciais. Não me admira, então, que excelentes projetos permaneçam escondidos durante tantos anos e que historiadores briguem tanto com jornalistas. Isso acontece porque nós, historiadores, temos uma lacuna na nossa formação. Outra coisa que defendo é que precisamos ter uma disciplina voltada para noções de administração.

Esta disciplina ensinaria como gerir ambientes institucionais, pessoas e recursos, como se constrói um orçamento, como se lida com dinheiro, como se consegue captação de investimentos. Afinal de contas, estudantes se tornam professores, que, por sua vez, se tornam chefes de departamento (ou diretores de escola ou diretores de museus, apenas para citar alguns exemplos), que, por sua vez, precisam gerir pessoas, ambientes e recursos financeiros. Então, nada mais justo do que aprender minimamente como fazer isso. E vale lembrar: quem se forma em história, não se torna apenas professor ou pesquisador. Essas pessoas podem vir a trabalhar com consultorias, curadorias etc. Então, precisamos ter um ensino de história que ofereça condições para se explorar todas essas possibilidades e, quem sabe, criar outras mais. Isso não tem nada, nada mesmo a ver com formar empresários ou administradores. Seria uma

ingenuidade e um desconhecimento esse tipo de afirmação. Isso tem a ver com a formação de profissionais mais completos, mais competentes, com mais habilidades e recursos.

Você disse durante o debate sobre História Digital no Café História que “fazer História é comunicar História”. Poderia nos dizer um pouco mais sobre isso?

Bruno Leal: Acredito muito nesta “chave de entendimento”. Fazer história é comunicar história na medida em que nosso conhecimento não é algo que fica simplesmente guardado dentro de uma gaveta. Ou, pelo menos, não deveria ser assim! A sociedade e o restante da comunidade acadêmica possuem grande interesse no que é produzido. Então, divulgar o conhecimento histórico é muito relevante. E para fazer isso, como eu disse na resposta anterior, é preciso dominar algumas competências de comunicação. Mas, veja bem, quando eu disse que “fazer história é comunicar história”, tem algo mais aí. Eu diria que exercer o ofício de historiador está intrinsecamente ligado ao exercício de se comunicar, de vivenciar o conceito de comunicação das mais variadas formas. Quando o historiador pesquisa, ele precisa estabelecer vínculos com arquivistas, bibliotecários, historiadores e outros pesquisadores que atravessam o seu caminho. Quando o historiador senta diante de um documento, ele está se comunicando com um objeto e, mesmo que indiretamente, com ideias, pensamentos, projetos e discursos, e pessoas que viveram muito antes dele no tempo. Quando o historiador está dentro de sala de aula, ele está em comunicação direta com dez, vinte, cinquenta alunos. Quando ele prepara um livro, ele precisa pensar no seu público-leitor, em como ele vai fazer isso. Por isso, história é comunicação, pura e simples. Às vezes não nos damos conta disso, inacreditavelmente.

Qual sua posição sobre historiadores que querem abrir o mercado de trabalho para formados em História?

Bruno Leal: Entramos aí no debate sobre a regulamentação da profissão de historiador no Brasil. Pelos idos de 2012, quando o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim ganhou fama, força e forma, minha primeira postura era de desconfiança. Como assim uma lei vai definir quem é ou não historiador? Conheço vários colegas que não possuem diploma em História e, ainda assim, são tão historiadores quanto eu, que tenho. Mas como eu nunca tinha parado muito para pensar nisso, fui estudar a respeito.

Em pouco tempo, minha opinião mudou. Hoje, eu sou a favor da regulamentação, mesmo com suas imperfeições. No início, o projeto era muito problemático, e aprová-lo poderia ser muito danoso. Suas primeiras versões, como eu disse, deixavam muitos pesquisadores de história de fora, por exemplo, os historiadores da ciência e da saúde. Com o passar do tempo,

não sem alguns ruídos e polêmicas, pesquisadores e suas instituições de pesquisa, com destaque para a Associação Nacional de História, principal defensora da regulamentação, foram aprofundando os diálogos e parece que se chegou a um consenso a respeito do texto. É claro que o texto precisará ser revisto de tempos em tempos, afinal a resposta para o que é e como se faz história muda. O problema deste processo é que perdemos o *timing*. Há um ano, o projeto estava prestes a ser aprovado em Brasília, mas agora, com a emergência de outras pautas, sabe-se lá quando isso vai acontecer. Talvez precisará de novas discussões e mudanças. Mas precisamos começar. E faço aqui uma ressalva: os programas de pós-graduação e os departamentos de História, de uma forma geral, se envolveram pouco com a questão.

Mas acho que devo explicar melhor porque sou a favor da regulamentação da profissão de historiador no país. Em primeiro lugar, porque nosso mercado profissional encontra-se muito engessado. Quem se forma hoje em História possui basicamente três grandes opções: dar aulas em História (um mercado altamente inchado), dar aulas em universidades (e, aí, prepare-se, porque o caminho é longo, pois a estabilidade profissional pode demorar bastante) ou atuar em alguma instituição de pesquisa em história ou ciências humanas (essas são poucas e estão longe de atender ao alto fluxo de profissionais que se formam todos os anos). Com a regulamentação, novas possibilidades de trabalho se abrem: o historiador poderá atuar efetivamente como historiador em museus, arquivos, bibliotecas, meios de comunicação, empresas, na consultoria *freelancer* e em muitos outros espaços. Além disso, cria-se a oportunidade para novos concursos públicos. Formados em História vão deixar de ser enquadrados como técnicos nisso ou naquilo para serem reconhecidos como historiadores, pela primeira vez. Entre 2008 e 2009, eu dei aula no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Descobri que cerca de 25% dos meus colegas do curso de História estavam fazendo a graduação em Arquivologia da Unirio. O motivo era simples: o mercado de História estava estrangulado e o de Arquivologia não. Esses formados em História tinham procurado Arquivologia por conta dos concursos.

Atualmente, devido a essas amarras do mercado de história, perdemos excelentes profissionais para outras áreas. Você pode até argumentar dizendo que história é uma opção de vida, uma opção filosófica. Eu respeito e acredito nisso também. Mas acredito que essa defesa também tem um quê de romântica, algumas vezes. É claro que história é uma opção pessoal, e assim o deve ser, mas isso não quer dizer então que temos que aceitar um mercado limitado, salários baixos e reduzidas opções de caminhos profissionais. Não me parece nenhum demérito pensar no campo da história não só como realização pessoal, mas também como mercado! Evidentemente que a melhoria da área não se deve somente a este tópico, mas também à qualidade dos cursos, à reformulação de currículos, da oferta de novas formações (como o mestrado profissional) etc. Não questiono isso. Mas a regulamentação é uma conquista que favorece a melhoria do campo

profissional. Pelo menos tem tudo para ser. Outras profissões passaram por marcos regulatórios e, na maior parte dos casos, isso foi positivo.

Durante o debate público sobre a regulamentação, que em certo momento chegou a envolver grandes jornais como o Estadão e a Folha de São Paulo, apenas para citar dois exemplos, surpreendeu-me o nível da discussão ter sido tão fraco. Vi muitas reportagens que entrevistavam grandes nomes da historiografia que eram contra a regulamentação (ou o projeto, especificamente). Ótimo. Acho justíssimo. E muitas dessas opiniões eram muito boas. Colocaram-me em dúvida em alguns momentos. Mas esses profissionais já estão muito bem inseridos no mercado de trabalho. Não vi quase nenhuma matéria em que se entrevistasse, por exemplo, um recém-formado em História, ou, ainda, um jovem historiador desempregado.

Ora, isso é um erro, é como se a regulamentação dissesse respeito apenas aos historiadores que já atuam na universidade, ensinando e/ou pesquisando. Isso fez com que o debate se tornasse problemático. No geral, a impressão que muitas dessas reportagens passaram é que a regulamentação é uma proposta autoritária ou de outro planeta. Além disso, parte do debate mostrava que as pessoas tinham uma leitura pouco cuidadosa do Projeto de Lei. Tanto os que o defendiam, quanto aqueles que o criticavam. É o tipo de coisa que acabou favorecendo uma série de mitos sobre a questão, tanto de um lado quanto do outro.

A favor, por exemplo: vi muitas pessoas dizendo que a regulamentação deveria mesmo acontecer, porque precisamos nos proteger de jornalistas que vinham escrevendo história. Ora, afirmações como essas evidenciam que não se entendeu nada, nem da regulamentação e nem sobre o que é história. No grupo do contra, dou três exemplos de argumentos levantados: 1) No passado, tivemos muitos bons historiadores que não possuíam formação em História; 2) Estão querendo limitar outras pessoas que não são historiadoras a escrever e pesquisar história; 3) Vão criar uma agência/órgão regulador dos historiadores, da mesma forma que existe uma OAB para os advogados. Ora, vamos analisar: 1) É verdade que nomes como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda não eram historiadores de formação. Mas é bem verdade também que não havia no Brasil, naquela época, cursos de ensino superior em História. Além disso, se fosse assim, não teríamos a necessidade de ter criado cursos de ensino superior em História. Ou mesmo de nenhuma área de conhecimento; 2) O projeto nunca falou isso. Até porque não há como impedir pessoas de pesquisarem e escreverem sobre história. O jornalista, o sociólogo, o médico e o enfermeiro poderão continuar pesquisando e escrevendo livros de história como sempre fizeram, sem qualquer alteração. É ótimo que isso aconteça. O que muda com a regulamentação é a carreira, as oportunidades de atuação profissional; 3) Novamente: o projeto de regulamentação nunca propôs algo do gênero.

Quem diz isso faz uma analogia livre com a área do Direito. Mas o que indica que seguiremos o caminho do Direito? Podemos comparar com outras profissões que possuem ou não o tipo A, B ou C de agência ou instituição

reguladora. Enfim, de qualquer forma, se não conseguimos ainda chegar a um denominador comum, é preciso admitir que pelo menos a discussão ganhou mais visibilidade. Talvez precisemos mesmo incluir mais gente nesta conversa, mais instituições. Tudo precisa continuar sendo democrático e transparente.

Temos acompanhado o impacto das comunicações em rede em toda a sociedade, especialmente a partir das manifestações que ocorreram contra alguns regimes de governo no Oriente Médio e no Norte da África e que passaram a ser conhecidos como “Primavera Árabe”. No Brasil, o impacto gerado pela comunicação em rede ficou explícito nas passeatas de junho que tomaram o país todo. O que podemos aprender com essas experiências? O que isso aponta para o futuro? Como pensar o ensino de História por meio da adoção das novas tecnologias de comunicação?

Bruno Leal: Tudo isso é muito novo e ainda estamos tirando algumas lições. Então, é difícil cravar alguma coisa neste sentido. Para mim, no entanto, parece razoável dizer que se torna urgente olhar para as novas mídias como um objeto de estudo. Da mesma forma que temos que estudar teorias da imagem para compreender panfletos no início do século XX, precisamos entender o que são redes sociais online para analisar acontecimentos deste início do século XXI. Isso tem a ver, claro, com o ensino da história, pois precisamos de uma vez por todas discutir tais fenômenos com nossos alunos. Mas acho que as implicações maiores são para a pesquisa histórica. Pelo menos neste momento. Como o historiador do futuro, por exemplo, vai abordar acontecimentos políticos atuais sem ter acesso a redes como o *Facebook* e o *Twitter*? Quem está arquivando esse material todo? Essas empresas existirão daqui a 50 ou 70 anos? Se existirem, permitirão nosso acesso a seus dados?

Esses são alguns dos dilemas que o mundo digital tem colocado para os historiadores. Nossas redes sociais de hoje serão nossas fontes primárias de amanhã. Mas e aí, tem alguém cuidado seriamente para que seus conteúdos sejam preservados? E mais: sendo preservados, que metodologias e procedimentos de análises devemos aplicar a esse tipo de material? Complicado. Ainda estamos engatinhando. As novas mídias não provocaram e nem explicam o que aconteceu no Egito, na Praça Tahrir, ou o que vimos em julho de 2013, no Brasil, mas são peças fundamentais pra se entender a dinâmica política de nosso tempo.

Gostaríamos que falasse um pouco sobre projetos e pesquisas em História que esteja desenvolvendo ou pretenda desenvolver. E um pouco sobre sua tese de doutorado, se ela se liga ao Café História ou à História Digital.

Bruno Leal: Neste exato momento, estou finalizando meu doutorado no PPGHIS/UFRJ. Meu tema de estudo é totalmente diferente desse da entrevista. Eu trabalho com estrangeiros acusados de crimes de guerra nazistas que

vieram para o Brasil. Mais especificamente, trabalho com o período que vai de 1945 até 1965. Nessa minha tese, eu tenho um caso de estudo muitíssimo interessante, que envolve o imigrante letão Herberts Cukurs. Cukurs chegou ao porto do Rio de Janeiro em março de 1946 e aqui refez sua vida. Ele é o criador dos famosos pedalinhos da Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Era uma personalidade super-querida dos cariocas e um herói nacional da Letônia, um ás da aviação daquele país.

Porém, ele gozou de grande prestígio público somente até junho de 1950. Nesta data, a Federação das Sociedades Israelitas do Rio de Janeiro o acusou publicamente de ser o responsável pela morte de mais de 30 mil judeus de seu país natal, a Letônia, durante a ocupação nazista. Cukurs sempre negou as acusações, no entanto. Foi um caso muito complicado e que durou 15 anos. Em 1965, Cukurs, em uma viagem supostamente de trabalho a Montevidéu, no Uruguai, foi assassinado pelo serviço secreto israelense, o Mossad. Minha preocupação é entender como o governo brasileiro se posicionou diante do caso. Isso envolve uma rede extremamente capilarizada de relações políticas e de forças, uma rede que envolve a comunidade judaica, a imprensa e outras instituições que compõem nossa sociedade.

Em paralelo ao doutorado, eu desenvolvo as atividades do Café História (principalmente do Café História TV, que lançamos em novembro de 2013), sou professor-tutor da graduação EAD de História da UNIRIO e estou preparando um livro sobre História Digital, que espero lançar em breve. E praticamente não me sobra tempo algum: tenho um outro blog sobre construção de blogs (*The Next Big Blog*) e sou pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ, onde sou subeditor de sua revista digital. Eu diria que hoje eu praticamente vivo pra trabalhar (risos). Mas não reclamo.

Você gostaria de tratar de alguma questão ou tema que ache necessário enfatizar para concluir e que não foi dito aqui?

Bruno Leal: Primeiro, eu agradeço mais uma vez o espaço que me foi dado para eu falar sobre meu trabalho e expor meus pontos de vista. Para finalizar, gostaria de dizer apenas mais uma coisa: as tecnologias prometem muitas coisas boas – eu falei bastante sobre isso –, mas esse não é um mundo cor de rosa. Internet não é o Santo *Graal* do historiador. Falar da relação entre história e tecnologia é falar de exclusão digital, de possíveis monopólios da informação, de problemas referentes à digitalização de acervos históricos, da preservação de fontes históricas e muito mais. Porém, trata-se menos de um problema de natureza tecnológica e mais de um problema de natureza humana. Cabe a nós, os sujeitos de nossa própria história, fazermos com que esta relação seja mais benéfica do que prejudicial. E, diante desta tarefa, precisamos nos afastar tanto das visões românticas quanto das niilistas.

Notas

* Professor do Colegiado de História e do Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Unespar, Câmpus de Campo Mourão. E-mail: parabrunos@gmail.com

** Professor do Colegiado de História e do Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Unespar, Câmpus de Campo Mourão. E-mail: fabioandreh@gmail.com

Recebido em: janeiro de 2014.

Aprovado em: fevereiro de 2014.